

Memórias revolucionárias: Políticas e práticas (trans)nacionais de memória na transição democrática portuguesa. Introdução

Revolutionary Memories: (Trans)national Politics and Practices of Memory in the Portuguese Transition to Democracy. Introduction

TERESA PINHEIRO

Technische Universität Chemnitz, Alemanha

teresa.pinheiro@phil.tu-chemnitz.de

ORCID-iD: <https://orcid.org/0000-0003-2887-0449>

Quando a 25 de abril de 1974 representantes do Movimento das Forças Armadas (MFA) entraram no quartel do Carmo em Lisboa para receber a capitulação de Marcelo Caetano, caía em um só dia a mais longa ditadura do século xx da Europa Ocidental. Ao sair à rua em apoio aos militares, a população portuguesa transformava de forma decisiva um golpe de estado numa verdadeira revolução. Perante uma opinião pública internacional apreensiva, o programa do MFA punha fim de forma inequívoca a 48 anos de ditadura e abria caminho para o processo de descolonização e democratização do país. No entanto, o que se seguiu à revolução esteve longe de ser um processo linear de democratização. Se a queda da ditadura se tornou rapidamente consensual entre vastas faixas da população e do espectro político, as divergências sobre o caminho político a seguir dividiram o país durante dois anos, marcados por instabilidade política e social, com fortes oposições partidárias, manifestações, nacionalizações, ocupações de terras e fábricas e dois golpes de Estado.

Durante os dois anos que se seguiram ao 25 de abril de 1974 – o chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC) – a rutura ideológica com a ditadura do Estado Novo foi acompanhada de uma febril atividade de condenação do antigo regime. Em

sintonia com o carácter revolucionário –e ao contrário da vizinha Espanha–, Portugal viveu durante este período uma importante fase de condenação da ditadura, através de modalidades tão distintas como processos judiciais a membros da polícia política PIDE/DGS, a substituição de elites do antigo regime, movimentos cívicos (Pinto 2013) e aspetos mais simbólicos como foram a destruição ou vandalização de monumentos e mudanças na toponímia dos espaços urbanos (Pinto 2010). Em apenas dois anos as referências simbólicas mudavam, com a supressão de nomes dos chefes de Estado da ditadura e a inscrição de referências democráticas no palimpsesto tanto das grandes urbes como dos espaços rurais. Fizeram parte deste processo também instrumentos inovadores para a época como a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, criada em 1977 para investigar os crimes cometidos durante o regime ditatorial e que se pode considerar uma das primeiras comissões de verdade da chamada terceira onda de democratização (Huntington 1991; Raimundo e Rebelo 2019).

A entrada em vigor da constituição e as eleições legislativas e presidenciais de 1976, que deram a vitória aos partidos moderados de centro e esquerda, marcaram o fim definitivo da experiência revolucionária portuguesa e abriram caminho para a democracia pluripartidária e liberal de encaixe europeu vigente hoje em dia no país. Esta chamada normalização política e o consenso necessário à estabilização política do país conduziram ao abandono das práticas mais radicais de justiça transicional e políticas de memória, com a diminuição de processos de lustração e a reabilitação de funcionários públicos. Ao mesmo tempo, a modernização económica do país e a integração europeia forjavam uma nova identidade nacional, que olhava para o futuro com confiança. Neste rápido processo de transformação económica e social, o Estado não criou instituições que permitissem a transferência de memória às gerações vindouras, nascidas já em democracia. Depois da catarse coletiva do período revolucionário, a memória do passado foi-se desvanecendo (Pinheiro 2018).

Residirá neste silêncio coletivo a ambiguidade dos fenómenos memorialísticos da atualidade? Apesar da aparentemente exemplar condenação do passado ditatorial durante o período revolucionário, a sociedade portuguesa tem vindo a conhecer nas últimas duas décadas fenómenos contraditórios. Se é verdade que o chamado espírito de abril continua vivo, como o demonstraram as inúmeras referências simbólicas ao período revolucionário durante a crise financeira e económica dos anos 2010 a 2014 –de que o grande mural de Salgueiro Maia na central Avenida de Berna é um dos ícones mais plásticos–, também é certo que fenómenos revisionistas e de branqueamento da figura de Salazar e da ditadura do Estado Novo perturbam ocasionalmente o consenso democrático pós-25 de abril. A eleição de Salazar como o maior português de sempre num programa televisivo, em 2007, biografias benévolas de Salazar ou a controvérsia desencadeada pelo projeto de museu dedicado ao ditador são exemplos reveladores do recrudescimento de visões encomiásticas do passado ditatorial.

Com a distância histórica de mais de quarenta anos, o período revolucionário português tem vindo a ser objeto de renovado interesse por parte das ciências sociais e humanas, que têm contribuído para um melhor entendimento de uma das épocas

mais conturbadas e complexas da história contemporânea de Portugal.¹ Uma das conclusões que a perspectiva histórica e comparada permite é a de que, apesar do ambiente crispado que se viveu entre abril de 1974 e abril de 1976, o período revolucionário foi decisivo na reconstrução política do país, ao consolidar as bases ideológicas da democracia em Portugal, assentes na condenação de regimes autoritários e na aposta pelo pluripartidarismo das democracias ocidentais.

O presente dossier inscreve-se nesta busca de um entendimento diferenciado do processo de transição democrática em Portugal, reunindo investigações originais em torno a dois eixos fundamentais para o entendimento desse período fulcral da história portuguesa contemporânea. Por um lado, a necessidade de entender a transição democrática em Portugal no contexto internacional da guerra fria, tendo em conta não só as ações políticas das grandes potências, mas também a diplomacia cultural de *minor players* no xadrez mundial, como a RDA ou o Brasil. Por outro lado, a premência de atentar não apenas em processos políticos, mas também nas políticas de memória adotadas pelos governos provisórios e por movimentos sociais mais ou menos politizados.

A contribuição de Rainer Bettermann e Ana Troncoso Salazar, debruça-se sobre uma faceta quase desconhecida da política internacional do Portugal revolucionário, nomeadamente as relações entre Portugal e a República Democrática Alemã através do trabalho cultural levado a cabo pela Associação Portugal-RDA nos primeiros anos após o 25 de Abril de 1974. A partir das perspectivas teóricas da *entangled history* e da guerra fria cultural, os autores analisam o papel desempenhado pela Associação na criação de uma *entangled memory* sobre o socialismo num momento crucial para a redefinição política do Portugal pós-ditatorial.

Enquanto a RDA via em Portugal uma possibilidade de intervenção internacional em prol do ideário socialista, no Brasil da ditadura militar a viragem revolucionária era vista com especial apreensão. Como demonstra Enio Viterbo Martins, os órgãos de inteligência brasileiros acompanharam os meandros do processo revolucionário português atribuindo-lhe um caráter inequívoco de ameaça comunista ao regime brasileiro. No entanto, esta “comunização” de Portugal não impediu o reconhecimento do governo revolucionário português por parte do Brasil motivado pelas perspectivas económicas que se abriam com a descolonização dos territórios africanos.

A partir da perspectiva teórica dos estudos de memória, Joe Green indaga as mudanças toponímicas na cidade de Lisboa durante o período revolucionário. A análise exaustiva das propostas discutidas nas sessões da comissão de toponímia do governo municipal permite concluir que o trabalho da comissão foi perentório na eliminação de referências ao Estado Novo. Contudo, longe de dar continuidade aos confrontos ideológicos vividos no espaço público, as decisões toponímicas tomadas

¹ Apenas alguns exemplos: Ruivo (2015); Belchior e Alves (2016); Pimentel (2017); Noronha (2018); Raimundo (2018); Marchi (2020).

revelam uma atitude serena e cautelosa, estabelecendo uma política de memória consensual que serviria de base à construção de uma identidade política democrática.

A condenação do regime ditatorial do Estado Novo não se efetuou apenas através de mudanças simbólicas nas malhas semióticas das urbes portuguesas. Num processo que contrasta radicalmente com a vizinha Espanha, o aparelho político e as instituições pilares da ditadura foram desmanteladas com os primeiros decretos-lei pós-25 de abril e acompanhados de processos de lustração, purgas e criminalização dos seus mais altos membros. É neste processo de justiça de transição que Joana Rebelo integra a Comissão do Livro Negro do Fascismo. A discussão do caso português à luz da investigação internacional sobre comissões de verdade permite à autora considerar o Livro Negro do Fascismo uma das primeiras comissões de verdade na terceira vaga de democratizações.

O dossier encerra com o regresso ao presente. Barbara Fraticelli oferece uma leitura de *Livro de vozes e sombras* de 2020, o último romance de João de Melo e uma mais das recentes contribuições literárias sobre o período revolucionário. Ao revisitar a história dos movimentos separatistas dos Açores nos anos após o 25 de Abril a partir da perspetiva de uma jornalista nascida já em democracia, o romance desdobra as vozes do passado, contribuindo, juntamente com obras como *O retorno* (Dulce Cardoso 2011) ou *Os memoráveis* (Lídia Jorge 2014), para uma memória necessariamente caleidoscópica de um dos períodos-chave da história recente de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Belchior, Ana Maria e Nuno Almeida Alves. 2016. *Dos “anos quentes” à estabilidade democrática. Memória e ação política no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Huntington, Samuel P. 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Marchi, Riccardo. 2020. *À direita da revolução. Resistência e contra-revolução no PREC (1974-75)*. Lisboa: Objectiva.
- Noronha, Ricardo. 2018. *“A banca ao serviço do povo”. Política e economia durante o PREC (1974-75)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea.
- Pimentel, Irene. 2017. *O caso da PIDE/DGS. Foram julgados os principais agentes da ditadura portuguesa?* Lisboa: Temas e Debates.
- Pinheiro, Teresa. 2018. “Die Erinnerung an den *Estado Novo* im demokratischen Portugal”. Em *Europas vergessene Diktaturen? Diktatur und Diktaturbewältigung in Spanien, Portugal und Griechenland*, editado por Jörg Ganzenmüller, 203-226. Köln u.a.: Böhlau.
- Pinto, António Costa. 2010. “Coping with the Double Legacy of Authoritarianism and Revolution in Portuguese Democracy”. *South European Society and Politics* 15, nº 3: 395-412.
- Pinto, Pedro Ramos. 2013. *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-75*. Manchester: Manchester University Press.

- Raimundo, Filipa. 2018. *Ditadura e Democracia: legados da memória*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Raimundo, Filipa e Joana Rebelo Morais. 2019. “Attitudes towards and Impact of Truth Commissions in the World”. Em *The Global Legacy of Truth Commissions*, editado por Jeremy Sarkin, 45-74. Cambridge: Intersentia.
- Ruivo, Francisco Bairráo. 2015. *Spínola e a Revolução: Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand.